
ATA DA 434ª (QUADRICENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA – IPSERV.

Aos dezenove dias do mês de Novembro de 2020, às quinze horas, na sala de reuniões do IPSERV, situado a Rua Major Eustáquio nº 542, Centro, Uberaba–MG, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, convocada pelo Presidente do Conselho Fiscal José Monteiro Conde, sob a proteção e as bênçãos de Deus, agradeceu as presenças dos demais Conselheiros Marcio Adriano Oliveira Barros e Ronaldo Batista Silva, iniciando os trabalhos, de acordo com a pauta de convocação. E em seguida passamos a análise das Aplicações Financeiras realizadas, no mês de Outubro de 2020, temos a seguinte posição: a meta do mês foi de 1,34% (um vírgula trinta e quatro por cento), sendo a rentabilidade mensal foi negativa de -0,19% (menos zero vírgula dezenove por cento), teve um rendimento financeiro negativo de -R\$ 767.655,77 (setecentos e sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos), tendo um resultado negativo de -13,78% (menos treze vírgula setenta e oito por cento), abaixo da meta do mês, o saldo financeiro inicial do mês de Outubro de 2020 é de R\$ 431.029.315,51 (quatrocentos e trinta e um milhões zero vinte e nove mil e trezentos e quinze reais e cinquenta e um centavos), com o saldo financeiro final é de R\$ 432.994.885,10 (quatrocentos e trinta e dois milhões e novecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), é resultado de certa forma as oscilações do mercado que continuam, em uma análise do impacto que vem afetando o mercado por causa da pandemia, situação com essa incerteza por algum tempo vai continuar. Passamos a apresentação da 9ª. reunião do Comitê de Investimentos realizado no dia 28 de Outubro de 2020, o Diretor Executivo o sr. João Batista Paranhos Junior deu inicio a reunião apresentando o desempenho da carteira de investimentos do IPSERV do mês de setembro de 2020, o que voltou a mencionar a rentabilidade negativa de -1,22% (menos um vírgula vinte e dois por cento), frente a meta mensal de 1,12% (um vírgula doze por cento), resultado abalado principalmente pelas incertezas causadas pela pandemia do novo corona vírus e a nova determinação de lockdown na Europa, além das contínuas tensões causadas pelo cenário político interno e as questões tributárias e a inflação descontrolada. O Diretor Executivo também apresentou uma análise encaminhada pelo representante da XP Investimentos para o segmento de RPPS, realizada de forma personalizada para o IPSERV. Após deliberações a respeito do cenário econômico mundial e análise da carteira de investimentos, ficou decidido por unanimidade dos presentes que o valor em disponibilidades na conta 6-0 R\$ 5.000.000,00 – (cinco milhões de reais) referente ao pagamento de contribuições previdenciárias dos segurados e patronal, será alocado em renda variável, fundo de investimentos a definir. Quanto aos comentários da DI BLASI CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, “no mês de Outubro, as incertezas fiscais e a trajetória da dívida pública/PIB no seu maior nível histórico. Os três componentes citados foram fatores de oscilação para o mercado financeiro no mês de Outubro apesar de um início positivo, outubro acabou repetindo o desempenho ruim dos meses de agosto e setembro. No cenário doméstico, mesmo com a taxa de juro Selic a 2% ao ano, o aumento do risco-país em função das incertezas fiscais, os preços dos ativos vêm refletindo negativamente a perspectiva de um contínuo desajuste fiscal. O risco fiscal influencia todos os ativos de risco

brasileiros, inclusive os investimentos em bolsa. No cenário externo, o embate nas eleições presidenciais norte-americanas e a segunda onda da pandemia, que já ameaça a Europa e os Estados Unidos ocasionou queda generalizada nos mercados globais. O cambio também reflete a deterioração das expectativas em relação ao cenário fiscal. O aumento do risco-pais causa impacto no câmbio, refletindo os desequilíbrios macroeconômicos. A composição da dívida pública, incluindo os seus prazos de vencimento, a moeda que é emitida e os indexadores utilizados constituem fatores que contribuem para explicar a remuneração oferecida pelos títulos públicos federais. Por conta da incertezas fiscais, houve aumento das taxas de juro de longo prazo. O quadro a seguir captura o cenário de juros e indica que as taxas reais descontada a inflação estão acima de 3% ao ano nos títulos NTN-B nos vencimentos mais longos. A inflação projetada para o ano de 2020 está em 3,16%. Como o IPSERV faz aplicações em **Renda Fixa** e **Renda Variável** a posição da DI BLASI é que a **Renda Fixa** deve ser lastreada em **TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS**, embora estar rendendo bem abaixo do índice de referência, apesar de apresentarem estabilidade de retornos. Num ambiente de incertezas, a utilização dos fundos de investimentos flexíveis (que permitem mudanças de posição da carteira dentro do próprio fundo de investimentos) combina uma estratégia interessante para enfrentar períodos de oscilações nos rendimentos. Quanto a **Renda Variável (AÇÕES)**: o mercado pode apresentar uma janela de oportunidades para compras de ações, desde que efetuadas de forma ordenada, com estratégias distintas, formando diversificação de carteira. Importante manter posição no segmento, pois a taxa de juros **SELIC** deve se manter em patamares baixos ao longo do ano. Os **Fundos Multimercados** (com renda variável) também surgem como boa alternativa. As expectativas, doravante, ficam por conta do controle da pandemia e da retomada da atividade econômica. **EXTERIOR**: Em cenário de taxa de câmbio elevada, aplicações no segmento Exterior podem funcionar como mecanismo de diversificação da carteira, com menor correlação com o mercado doméstico. Importante avaliar as diferentes estratégias dos produtos oferecidos para o correto entendimento dos mecanismos de geração de valor para a carteira de investimentos". Foi convocado o sr. Vinicius Mateus Ribeiro Silva Chefe da Seção de Gestão de Contratos e Bens Materiais, para explicar a implantação do Processo Eletrônico. Foi feita a apresentação do sistema, foi identificado algumas restrições de acesso que serão regularizadas para a próxima reunião e o Conselho ter acesso a todos os processos de compras e licitações. Passamos para análise dos processos de compras e licitações do mês de agosto e setembro de 2020, foram Apresentadosseguintesprocessos:06/136/2020,2020.2299.700095PA,2020.2299,700138PA, 2020.2299.700133PA,06/801/2020,2020.2299.700135PA,03/801/2020,06/216/2020, todos conferidos sem ressalva. Passamos a análise dos relatórios das Contribuições Previdenciárias, relativas ao mês de outubro de 2020, de acordo com o Relatório de Recolhimento apresentado a este Conselho, datado de 18 de novembro de 2020. Recolhimentos do Plano Financeiro - PMU: valor total devido no mês é de R\$ 4.289.016,12, sendo; (a) Aporte para equilíbrio financeiro; valor devido de R\$ 3.369.500,65 e não houve pagamento. (b) Contribuição da folha mensal das Contribuições Patronais e dos Segurados; Valor devido de R\$ 798.604,38, pago R\$ 558.589,45, falta pagar R\$ 240.014,93 (Patronal: R\$ 128.163,90 e Segurado: R\$

111.851,03). (c) Com relação ao Ticket; valor devido e pago de R\$ 100.026,30. (d) Contribuição Folha de Afastados/Licença Saúde; valor devido de R\$ 20.884,79 e pago de R\$ 20.884,79 (Segurado). Recolhimentos do Plano Previdenciário - PMU: Valor total devido no mês é de R\$ 3.293.096,17, sendo; (a) Contribuição da folha mensal das Contribuições Patronais e dos Segurados; valor devido de R\$ 3.251.049,97, pago R\$ 744.618,49, falta pagar R\$ 2.506.431,48 (Patronal: R\$ 1.613.261,44 e Segurado: R\$ 893.170,04). (b) Contribuição Folha de Afastados/Licença Saúde; valor devido R\$ 42.046,20 e pago R\$ 8.210,60 (Segurado). O débito total que compreende os meses de janeiro a outubro/2020, Plano Financeiro; R\$ 3.609.662,82 e Plano Previdenciário; R\$ 10.739.956,63 (existe processo de parcelamento em andamento dos débitos previdenciários da Prefeitura). De acordo com o Relatório de Pagamento dos Parcelamentos 2020 – PMU, datado de 18 de novembro de 2020, verificamos: valor total devido até outubro/2020 é de R\$ 12.049.810,21, sendo; (a) Parcelamento Plano Financeiro; valor devido e pago de R\$ 3.224.046,20. (b) Parcelamento Plano Previdenciário; valor devido e pago de R\$ 8.825.764,01. Verifica-se também que foram enviadas as informações contábeis, através de relatórios e balancetes para a consolidação contábil das contas do IPSEPV com a Prefeitura Municipal de Uberaba. Ainda, verificamos que foram enviadas as informações exigíveis ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, via Sistema Informatizado de Contas do Município - SICOM, através dos módulos SICOM/AM (Acompanhamento Mensal) e o SICOM/BALANCETE, conforme protocolos de envio.. A próxima reunião Ordinária nº 435ª do Conselho Fiscal realizar-se-á no dia 17 de Dezembro de 2020, por deliberação dos membros do Conselho Fiscal. Encerrando a reunião às 19:00 (dezenove horas) o Presidente agradeceu as bênçãos de Deus por mais uma reunião realizada. O Presidente do Conselho Fiscal José Monteiro Conde, reiterou ainda seus agradecimentos as presenças dos demais Conselheiros. Eu, Ronaldo Batista Silva, Secretário do Conselho Fiscal, lavrei a presente Ata e assino com os demais.

Uberaba–MG, 19 de Novembro de 2020.

José Monteiro Conde
Conselheiro Presidente

Marcio Adriano Oliveira Barros
Conselheiro Vice-Presidente

Ronaldo Batista Silva
Conselheiro Secretário